

**FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO  
NA AMAZÔNIA**  
AGROCULTURAS, HISTÓRIAS CONTESTADAS,  
NOVAS ALTERIDADES

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

F935f Fronteiras do desenvolvimento na Amazônia : agroculturas, histórias  
2021 contestadas, novas alteridades / Antonio Augusto Rossotto Ioris, Vitale  
Joanoni Neto (orgs.). - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.  
314 p. ; 23 cm. - (Coleção geral).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-250-0282-8

1. Amazônia – História. I. Ioris, Antonio Augusto Rossotto.  
II. Joanoni Neto, Vitale. III. Título. IV. Série.

CDD – 981.1

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

*Appris*  
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.  
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês  
Curitiba/PR – CEP: 80810-002  
Tel. (41) 3156 - 4731  
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil  
Impresso no Brasil

Antonio Augusto Rossotto Ioris  
Vitale Joanoni Neto  
(org.)

**FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO  
NA AMAZÔNIA**  
AGROCULTURAS, HISTÓRIAS CONTESTADAS,  
NOVAS ALTERIDADES

*Appris*  
editora

---

## FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) Jacques de Lima Ferreira (UP) Marilda Aparecida Behrens (PUCPR) Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ) Conrado Moreira Mendes (PUC-MG) Eliete Correia dos Santos (UEPB) Fabiano Santos (UERJ/IESP) Francinete Fernandes de Sousa (UEPB) Francisco Carlos Duarte (PUCPR) Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil) Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL) Maria Aparecida Barbosa (USP) Maria Helena Zamora (PUC-Rio) Maria Margarida de Andrade (Umack) Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS) Toni Reis (UFPR) Valdomiro de Oliveira (UFPR) Valério Brusamolin (IFPR)
ASSESSORIA EDITORIAL	Evelin Louise Kolb
REVISÃO	Ana Paula Luccisano
PRODUÇÃO EDITORIAL	Gabrielli Masi
DIAGRAMAÇÃO	Luciano Popadiuk
CAPA	Julie Lopes
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Kananda Ferreira Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle
COORDENADORA COMERCIAL	Silvana Vicente

---

*Este livro é dedicado a Dom Pedro Casaldáliga (+16/02/1928 – †8/08/2020), bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT). Com sua presença/ação, ele rompeu a ordem imposta, desnudando-a, conflitando-a e nos mostrou as riquezas dos indígenas, dos posseiros, da natureza, denunciando os conflitos, as injustiças cometidas pelo poder econômico, enfim, expôs um espaço de fronteira rico e diverso. Já nos inícios do século XXI, Pedro, como gostava de ser chamado, disse a Teófilo Cabestrero que os militares já não eram mais necessários. Foram substituídos por empresários e banqueiros. A ditadura militar foi substituída pela ditadura econômica. A doutrina de segurança nacional pela doutrina de segurança econômica. A violência e a guerrilha deram lugar à violência social exasperada. Mesmo diante desse diagnóstico cortante, mas muito plausível, que poderia nos levar a tomar tais palavras como desesperançadas, ele arremata: “essa é agora a nossa paz”. Em 2005, voltou a escrever: “Van Gogh, apesar de ter visto cair durante sua vida tantos moinhos, simbólicos, escrevia a seu irmão Theo: mas o vento continua”. A lembrança de Pedro é inspiradora, pois ele viveu sua vida de modo íntegro, radical e fiel à sua visão profética.*



*Meu silêncio seja  
meu poema, irmãos,  
junto ao vosso canto.*

*Seja minha ausência  
como um voo de garças  
abraçando a tarde,  
nesse voo de garças  
que invadiu o dia  
com o vosso canto.*

*Velhos de esperança  
– tantas luas cheias,  
tantas noites foscas –  
eu e o Araguaia  
já nos conhecemos,  
rios de um só rio,  
ajeitando o curso  
entre Deus e o Povo.*

*Junto ao vosso canto,  
boca coletiva,  
seja meu silêncio  
posto de joelhos  
uma escuta nova.*

*Quero ouvir o Povo!*

*Quero ouvir o grito  
das crianças mortas  
comandando a vida.  
Quero ouvir as covas  
dos peões de trecho  
soletrando vivos  
os perdidos nomes.  
Quero ouvir os pobres  
num clamor de enxadas  
conquistando a terra.  
Quero ouvir a dança  
das aldeias novas  
nas antigas flautas  
acordando o mundo.*

*Toda a minha sede,  
cuja de silêncio,  
beba em vosso canto  
o Araguaia novo,  
luta nas enchentes,  
festa no banzeiro,  
Povo, Povo, Povo!*

*(Pedro Casaldáliga, Junto ao vosso canto)*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<i>Os organizadores</i>	
<b>ORIGEM E EVOLUÇÃO DE FRONTEIRAS SOCIOESPACIAIS</b> .....	17
<i>Antonio Augusto Rossotto Ioris</i>	
<b>O LUGAR DOS HISTORIADORES NO SÉCULO XXI OU REFLEXÕES SOBRE O FIM DA HISTORIOGRAFIA</b> .....	41
<i>Marcus Cruz</i>	
<b>INCORPORANDO A REGIÃO NORTE E A AMAZÔNIA LEGAL AO “DESENVOLVIMENTO NACIONAL”</b> .....	59
<i>Pere Petit</i>	
<b>“TERRA DA PROMISSÃO”: RECOLONIZAÇÃO E NATUREZA NA HISTÓRIA AMAZÔNICA</b> .....	97
<i>Susana Cesco</i> <i>Eli Napoleão de Lima</i>	
<b>ENTREVISTA COM JORGE BODANZKY</b> .....	129
<i>Vitale Joanoni Neto</i> <i>Edvaldo Correa Sotana</i>	
<b>A AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XX: A FRONTEIRA SOB O OLHAR DOS GRUPOS SOCIAIS DESLOCADOS</b> .....	147
<i>Vitale Joanoni Neto</i> <i>Regina Beatriz Guimarães Neto</i>	
<b>CULTURAS DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA: ENTRE QUILOMBOLAS, CASTANHEIROS E SERINGUEIROS</b> .....	173
<i>Lia Tiriba</i> <i>William Kennedy do Amaral Souza</i>	

**SABERES E [RE]CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA CONTRADIÇÃO  
TRABALHO-CAPITAL: A EXPERIÊNCIA DE UMA COMUNIDADE QUI-  
LOMBOLA NA/DA AMAZÔNIA ..... 197**

*Ellen R. da S. Miranda*

*Doriedson S. Rodrigues*

**CONFLITOS AGRÁRIOS, RESSONÂNCIAS URBANAS: NOTAS SOBRE  
OS DESAFIOS DA CIDADANIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE  
RUA EM PORTO VELHO (RO) ..... 231**

*Tony Andrew Padilha*

*Xênia de Castro Barbosa*

*Saulo Gomes de Sousa*

**UMA FRONTEIRA À ESPERA DO “PROGRESSO ANUNCIADO” NO  
ARAGUAIA MATO-GROSSENSE ..... 253**

*Juliana Cristina da Rosa*

*João Carlos Barrozo*

**APRENDENDO SOBRE O PENSAMENTO AMERÍNDIO COM OS  
IKÓLÓÉHJ GAVIÃO DE RONDÔNIA ..... 275**

*Lediane Fani Felzke*

**A FESTA DO DIVINO NO VALE DO GUAPORÉ E MAMORÉ ..... 295**

*Maria Luiza Zampieri Dominguez*

*Rogério Sávio Link*

**CARTA DE OXFORD PARA A AMAZÔNIA ..... 323**

*Assinada por representantes indígenas e camponeses, políticos, membros da sociedade civil, estudantes,  
artistas, ativistas, pesquisadores e professores*

**SOBRE OS AUTORES ..... 327**

## INTRODUÇÃO

A floresta amazônica chegou ao ano de 2020 marcada pela tragédia. Desde o malfadado “dia do fogo” (10 de agosto de 2019), apresentado de forma bizarra como manifestação de apoio a um presidente descompromissado com a preservação desse bioma, milhares de hectares de mata queimaram continuamente, dia após dia. As consequências ainda estão se fazendo sentir. As perdas em biodiversidade são difíceis de calcular, mas certamente afetam os ecossistemas e os meios de vida das populações rurais e ribeirinhas. Os impactos sociais e ambientais são denunciados diuturnamente em todo o mundo, de maneira inútil. A sociedade brasileira manteve-se (não apenas sobre esse tema) estranhamente impassível, ainda confusa e dividida desde a última campanha eleitoral dominada por desinformação e irracionalidade. Já a opinião pública internacional, movida pelo volume de informações que circularam nos veículos de notícias e nas redes sociais, pressionou seus governos a tratarem o Brasil com desconfiança. O acordo comercial entre União Europeia e Mercosul (Mercado Comum do Sul), um trabalho de anos de negociação e “namoro”, regrediu com as fortes restrições sinalizadas por diversos países, especialmente França e Alemanha. No centro dessa crise, a Amazônia, durante 2019 e 2020, foi uma floresta em chamas, expôs o Brasil internacionalmente. Em lugar do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de seu corpo técnico a cuidar da prevenção de queimadas, os militares das Forças Armadas, que com um orçamento maior do que o destinado à educação e à saúde (mesmo em tempos de pandemia) assumiram essas tarefas para as quais não têm expertise, engordando salários e aumentando sua influência política, mas, como se pôde ver (e nas capitais da Amazônia Legal, sentir cotidianamente), fracassaram de modo fragoroso, tal como em um passado recente, quando da mesma forma assumiram funções civis a pretexto de tornar o país uma potência, em grande medida devido ao avanço sobre a Amazônia, e nos legaram uma década de crise hiperinflacionária.

Esta obra pretende refletir sobre tendências e legados do passado, examinando diversos aspectos da Amazônia: históricos, antropológicos, sociológicos, legais, culturais, ambientais e geográficos. O conjunto de especialistas acadêmicos aqui reunidos, muitos dos quais moram e trabalham nos estados amazônicos, propôs-se a olhar para esses aspectos e,

trazendo-os em seus textos, proporcionar uma aproximação entre esse mundo diverso e os leitores do presente livro. Sua justificativa decorre da necessidade de avaliar alguns paradigmas e discrepâncias que persistem, mesmo após longas décadas de estudos e divulgação de informações. Resistem mesmo ao encurtamento das distâncias, característica do século XXI. A Amazônia é um desses casos emblemáticos de recrudescimento de uma construção ideológica sobre a primazia de desenvolvimento e a exploração de recursos. Das autoridades públicas e religiosas dos séculos XVI e XVII, passando pelos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, chegando aos documentos e aos estudos produzidos no século XX. Impressiona a recorrência da visão edênica sobre a floresta, as impressões sobre o exotismo dos povos indígenas contatados, sobre a exuberância da fauna e da flora. Esse olhar “de fora”, que não raro se estende sobre todos os que habitam esses espaços, é um dos pontos centrais desse entendimento exógeno e relacionado ao pensamento político-econômico dominante. De fato, muitos viajantes europeus que visitaram o Brasil, ou aqui moraram, deixaram impressões ruins ou negativas sobre o país (HEMMING, 2011). E quanto aos índios brasileiros, até muito recentemente o que se tinha era uma história geral e reducionista desses povos, por vezes vinculada a atividades econômicas que fatalmente se sobrepunham à história política ou cultural.

As obras de Nijs (1901), Agassiz (1938), Bossi (1863), Moutinho (1869), entre outras, sobre os confins do Brasil trataram de um lugar esquecido pelo tempo, da fraqueza dos homens nesses locais, trataram de modo racista e discriminatório o chamado primitivismo, atraso, indolência e incapacidade que, em sua visão, marcavam os habitantes dessas fronteiras. Segundo Oliveira (2016, p. 124), foi com Tavares Bastos, em 1866, que começaram a surgir análises “inovadoras” sobre a Amazônia que, sem discordar das afirmações já expostas sobre essa região e sua população, propunham a migração do homem dito “civilizado” como solução para o suposto atraso das populações nativas. Segundo a engenharia social de Bastos, o “estado semisselvagem da população” poderia ser superado com a presença do “verdadeiro conquistador desse século”, com a vantagem de que em toda essa região a presença do africano era pequena. Muitos aspectos dessa visão sobre a Amazônia como edênica e seu povo como incapaz e que, em razão disso, justificaram ações do Estado Nacional para desenvolver a região, são encontrados nos textos de Golbery do Couto e Silva (1981) e Meira Mattos (1977) nos anos 1950 a 1970, e algumas dessas ideias fortemente arraigadas no senso comum reproduziram-se à exaustão, por exemplo,

“para que o índio quer tanta terra?”, “o índio é preguiçoso”, “a riqueza das terras indígenas precisa ser explorada”.

Afirmar que a Amazônia é uma fronteira (IORIS, 2020) significa atribuir-lhe essa condição, quer propor uma forma ou caminho para investigar aspectos históricos de sua constituição em determinado lapso temporal. Implica também identificar os conflitos provocados pelos encontros dessas diferentes temporalidades e espacialidades dadas, e contestadas, nesse processo. Modelos universais e genéricos tendem a ser de pouca efetividade nessa análise. Um bom exemplo disso é a crença na presença de certas características inerentes ou naturalmente ali presentes: vazia ou superpovoada, civilizada ou selvagem, “infernai” ou paradisíaca são adjetivos que, com frequência, aparecem qualificando a fronteira e os que estão nela, os quais têm por intenção justificar um conjunto de ações externas sobre esse território e seus ocupantes. Esse entendimento singular, que tem dentre seus motivos: o olhar distante; a não vivência do ambiente amazônico; a dificuldade em melhor entender aspectos por vezes muito particulares dessa historicidade, levou a generalizações inevitáveis e à consequente perda de aspectos fundamentais, profundamente politizados, para o entendimento das realidades amazônicas e da sobreposição das múltiplas fronteiras.

A Amazônia brasileira foi adjetivada como vazia, edênica e incivilizada, o que justificou um projeto político nacional que, enquanto lhe conferia tais características e a tornava atrativa com promessas de terras férteis e fartas, riquezas e oportunidades, pressionava o pequeno produtor que pleiteava terras no Nordeste ou no Sul do Brasil a migrar como forma de solucionar seu problema. Essa ação promovida pelo Estado forneceu ao grande empresário na fronteira o contingente de mão de obra de que necessitava para os empreendimentos que se desenvolveram ali. Considerar a Amazônia uma fronteira implica, necessariamente, dar conta de tempos e ritmos distintos que incidem sobre suas diferentes áreas (MARTINS, 1996), algumas altamente urbanizadas, outras ainda pouco acessíveis, seus diversos povos (os migrantes ocidentalizados culturalmente, indígenas vivendo entre outros grupos que pouco compreendem sua cultura). É da comparação desses ritmos que irá surgir o movimento para a fronteira (OLIVEIRA, 2016, p. 119). Durante décadas, o índio e o mestiço foram considerados “raças fracas” e sobre eles pairou a culpa pelo atraso, pela incivilização e pela “pobreza” da Amazônia. Por essa perspectiva, o branco, português, os demais imigrantes europeus e seus descendentes teriam o direito de avançar sobre as terras amazônicas

e explorar suas riquezas, mesmo à custa das vidas menos importantes que ali se encontravam.

A instalação de grandes projetos de colonização e agropecuários teve a função de impedir que esses pequenos produtores se estabelecessem nessas áreas de forma independente ou autônoma, controlando seu acesso a terra, o que, quando, como produzir e para quem vender. Não houve preocupação com a preservação da floresta, pelo contrário, a retirada de suas riquezas foi estimulada como uma alternativa que não poderia ser questionada. Esse conjunto complexo de engrenagens políticas tornou o migrante responsável por sua migração e, conseqüentemente, por seus sucessos e fracassos; conferiu status de livres ou desocupadas às terras que abrigavam há séculos grupos indígenas, comunidades quilombolas; sobrepôs projetos distintos de uso e ocupação do espaço (povos indígenas, garimpeiros, agricultores, pecuaristas, posseiros); instaurou diferentes tipos de cidadania para esses atores, o que permitiu desconsiderar alguns como cidadãos de pleno direito e, no extremo, o uso do trabalho escravo, que ainda persiste na região de maneira velada. A tendência para a degradação ambiental e os impactos socioculturais da implantação do modelo dominante de desenvolvimento estendido a toda a Amazônia aumentaram muito nos últimos anos no Brasil, provocando manifestações em todo o mundo de pessoas, organizações e governos, denunciando a escalada de violência e conflitos, em especial, aqueles envolvendo os povos indígenas. O destino desses povos constitui uma das questões políticas e econômicas mais sérias do país. Esses desenvolvimentos contradizem diretamente a tendência de reconhecimento dos direitos indígenas iniciados no período de redemocratização, no final da década de 1970, o que levou à inclusão de artigos explícitos sobre o tema na Constituição de 1988.

A partir dessas reflexões rapidamente expostas aqui, este livro tem como objetivo oferecer uma contribuição conceitual e aplicada para a compreensão dos impactos das práticas de governos contemporâneos sobre os modos de vida e a manutenção dos territórios indígenas, processos que têm impedido as populações tradicionais de buscar caminhos alternativos para manter sua vida lastreada em suas raízes ancestrais. Os capítulos estão relacionados a apresentações e contribuições dos autores durante a série de eventos da Rede Internacional de Pesquisa AgroCulturas (ou *AgroCultures*), coordenada entre 2018 e 2020 pelos organizadores desta obra. A iniciativa foi apoiada pelo Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades do Reino Unido (AHRC – Arts and Humanities Research Council) e envolveu

pesquisadores, estudantes, populações indígenas, camponeses, artistas, jornalistas, ativistas e membros da sociedade civil. Os eventos internacionais, congregando participantes de diversos países, aconteceram em Cardiff, Cuiabá, Tabatinga e Letícia, Porto Velho e Oxford.

A iniciativa buscou fomentar um debate inovador e gerou impactos acadêmicos, produzindo estudos voltados para analisar, historicamente, o recente encontro entre os diferentes grupos sociais que ocuparam e que migraram para a fronteira amazônica meridional, contribuindo para a formulação e/ou fortalecimento de leis protetivas voltadas para os povos indígenas, além de apontar caminhos para um desenvolvimento inclusivo e permitir a colaboração criativa com as organizações da sociedade civil e administração pública de diferentes níveis. Os textos aqui apresentados pretendem promover um diálogo entre comunidades indígenas, organizações aliadas e pesquisadores para compartilhar experiências, procurando melhor compreender os legados do passado, as crescentes pressões e a diversidade de respostas.

Gostaríamos de agradecer a todos(as) os(as) pesquisadores(as) e participantes da Rede AgroCulturas pela receptividade e pela confiança no projeto, desde os primeiros contatos até este momento. Os debates e os questionamentos continuam agora nas páginas deste livro como um subsídio perene ao pensamento crítico e busca de um fazer científico consequente, criativo e comprometido.

*Os organizadores*

## REFERÊNCIAS

AGASSIZ, L. F. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

BOSSI, B. *Viage pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuiabá y el Arino tributario del grande Amazonas: con la descripción de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales*. Paris: Librería Parisiense; Dupray de La Mahérie, 1863.

HEMMING, J. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

IORIS, A. A. R. *Frontier making in the Amazon: economic, political and socioecological conversion*. Cham: Springer Publishing, 2020.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MATTOS, G. C. de M. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

NIJS, F. Voyage au Mato Grosso. *Études Coloniales*, Bruxelas, ano 8, n. 8, ago. 1901.

OLIVEIRA, J. P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2016.

SILVA, G. do C. e. *Conjuntura política nacional e poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.